

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 361 - Brasília, quinta-feira, 28 de novembro de 1996



Plenário da Comissão de Justiça discute medidas que contribuem para evitar agravamento de conflitos pela posse de terra na zona rural

Ministério Público terá de intervir em conflitos

Projeto que torna obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse de terra na zona rural foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto, que altera o Código de Processo Civil, e já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, agora deverá ser encaminhado ao plenário do Senado. O relator, senador Ramez Tebet, destacou a importância da proposição para evitar problemas resultantes de conflitos pela propriedade de terras rurais.

Página 8

Partidos indicam integrantes da CPI dos títulos

Membros já escolhidos para a comissão que vai apurar denúncias são do PMDB, PTB e PFL

O PMDB e o PTB indicaram ontem à Mesa do Senado os integrantes de suas bancadas que deverão participar da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para apurar denúncias de irregularidades relacionadas com emissão e negociação de títulos públicos, estaduais e municipais, destinados ao pagamento de precatórios judiciais. A liderança do PFL também divulgou as suas indicações no final da tarde.

O PMDB designou os seguintes nomes para a CPI, como ti-

tulares: senadores Pedro Simon (RS), Roberto Requião (PR), Fernando Bezerra (RN) e Jader Barbalho (PA). Os suplentes do partido serão Nabor Júnior (AC) e Onofre Quinan (GO). O PTB indicou a senadora Emília Fernandes (RS).

Os titulares do PFL serão os senadores Bernardo Cabral (AM), Hugo Napoleão (PI), José Agripino (RN) e Wilson Kleinübing (SC). Os senadores Edison Lobão (MA) e Francellino Pereira (MG) foram indicados como suplentes.

Senado aprova nome para a diretoria do BC

Por 47 votos favoráveis, 5 contra e 3 abstenções, o plenário do Senado aprovou ontem o nome de Paolo Enrico Maria Zaghen para exercer o cargo de diretor do Banco Central.

Economista graduado pela USP, com doutorado pela Universidade de Berkeley, o último cargo exercido por Zaghen foi de diretor financeiro, administrativo e de relações com o mercado da Paranapanema S.A. Mineração, Indústria e Comércio.

Alcântara e Mauro debatem a educação

Página 7

Beni Veras anuncia mobilização em defesa da saúde

Comissão de senadores e deputados vai ao Planalto pedir solução para a crise. Página 5

MP da microempresa pode ser votada no próximo dia 4

Dirigentes do setor fazem apelo em favor de um acordo que garanta a aprovação rápida da medida, para que as regras vigorem em 1997

O presidente do Senado, José Sarney, garantiu ontem, a parlamentares e representantes da pequena e microempresa, que colocará em votação, na sessão do Congresso marcada para a próxima quarta-feira, dia 4, a Medida Provisória nº 1.526, que estabelece regime tributário especial para a pequena e microempresa. A aprovação da MP ainda este ano é necessária para que possa

entrar em vigor já no exercício de 1997.

Autor de projeto concedendo isenções fiscais à microempresa, já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, Sarney concordou em participar das negociações visando fechar um acordo para a rápida tramitação da medida. Ele apoiou também a reivindicação de participação dos empresários na escolha do

presidente do Sebrae - Serviço de Apoio à Média e Pequena Empresa.

Sarney tratou do assunto na tarde de ontem, em audiência concedida à Frente Parlamentar pela imediata votação da MP, coordenada pelo deputado Augusto Nardes (PPB-RS), e ao presidente do Monampe - Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa, Benito Diaz Paret.

Comissão mista apressa o seu parecer

A comissão incumbida de estudar a MP que institui o regime fiscal das microempresas, presidida pelo senador Gilvam



Gilvam

Borges (PMDB-AP), deverá encaminhar ao plenário do Congresso no início de dezembro, para votação, o parecer do relator, deputado Paulo Bauer.

Em audiência pública realizada na manhã de ontem pela comissão mista, representantes de microempresários reivindicaram participação no Conselho Deliberativo do Sebrae.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Recebe a deputada Raquel Capiberibe (PSB/AP)

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora do Senado

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

18h - Participa da celebração do "Te Deum". *Catedral Metropolitana de Brasília*

PLENÁRIO

11h - Sessão do Congresso Nacional

Pauta: Apreciação de votos presidenciais. *Plenário da Câmara dos Deputados*

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PR nº 113/96**, que fixa alíquota para cobrança do ICMS; ***PLC nº 50/96**, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; ***PLC nº 127/96**, que altera para 285% o limite máximo da Gratificação Extraordinária devida aos servidores da categoria funcional de Técnico do Ministério Público da União; ***PLS nº 195/95**, que concede anistia de multas aplicadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial; e ***PLS nº 196/96**, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e votação do PPR nº 66/95, que altera o Regimento Interno do Senado Federal. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

Pauta: Discussão da proposta de trabalho da comissão e aprovação do Requerimento de promulgação da Comissão. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho*

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: ***Mensagens nºs 234, 246, 232 e 233/96**, submetendo à apreciação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Fernando de Oliveira Santos Fontoura e Alvaro Gurgel de Alencar Netto, para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à República Dominicana e Cuba, respectivamente; e dos diplomatas Luciano Ozório Rosa para, cumulativamente com o cargo de embaixador de Moçambique, exercer o mesmo cargo junto à República de Seicheles; e Luiz Brun de Almeida e Souza, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Côte d'Ivoire, o cargo de embaixador junto à República do Mali. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.506-6/96, que altera a legislação do Imposto de Renda e da con-

tribuição social sobre o lucro

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição do ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello; do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, e do representante do Unicef no Brasil, Agop Kayayan. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Requerimento nº 1.133/96 (não terminativo)**, que trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara ao PLS nº 110/88, a fim de aguardar a decisão do Senado sobre o PLS nº 197/95, com ele conexo; e ***PLS nº 94/96 (terminativo)**, que regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, parágrafo 1º, da Constituição federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos. *Sala 15 - Ala Senador Nilo Coelho*

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 89/92 (não terminativo)**, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência; ***PLS nº 83/95 (terminativo)**, que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime da Previdência Social; ***PLS nº 136/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; e ***PLS nº 180/95 (terminativo)**, que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Diversos nº 38/95**, do presidente do TCU sobre Auditoria Operacional realizada na Secretaria de Recursos Hídricos; ***Diversos S/N/CF**, do presidente da Associação Nacional dos Auditores Médicos do Ministério da Saúde, manifestando preocupação com a situação de crise por que passa o Sistema Único de Saúde - SUS; ***Diversos S/N/CF**, do presidente do TCU remetendo cópia de decisão adotada por aquela corte sobre realização de auditoria extraordinária nas contas do Hospital de Cardiologia de Laranjeiras/RJ, relativo à compra de medicamentos e material hospitalar; e ***Requerimento** do senador Jäder Barbalho pedindo, ao ministro dos Transportes, informações sobre convênio entre o DNER e a Secretaria de Transportes do Pará; e ***Diversos nº 126/95**, ofício recebido do Banco do Brasil S/A, encaminhando ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis de 31.12.94, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho*

Benedita conclama Congresso a debater venda da Vale do Rio Doce

Privatização da companhia não é um bom negócio nem mesmo do ponto de vista econômico, alerta a senadora ao pedir que se examine a operação

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou ontem que o Congresso Nacional não pode abrir mão de suas prerrogativas para discutir e decidir sobre a venda da Vale do Rio Doce. A senadora disse que, além do presidente do Congresso, José Sarney, muitos outros parlamentares estão conscientes de que a privatização da Vale não é um bom negócio, nem mesmo do ponto de vista econômico.

Para a senadora, não existe nenhuma razão que justifique a venda da Vale. Ela destacou que, depois que o governo se desfez da CSN e pôs fim ao monopólio do petróleo, a Vale representa hoje o último grande baluarte da soberania nacional. Benedita acrescentou: - Vender a Companhia Vale do Rio Doce é cometer crime de lesa-pátria. Eu não entendo



Benedita da Silva

porque o Senado não encontrou, ainda, o respaldo necessário para discutir aqui essa proposta de privatização. É preciso trazer o debate para este plenário e envolver toda a população no assunto.

Benedita da Silva afirmou não concordar com o governo quando este diz que a venda da Vale vai ajudar a resolver o problema do déficit público. Na opinião da senadora, não é se desfazendo do País que se resolve os problemas do Tesou-

ro. Ela disse, ainda, que também discorda do governo quando este afirma que no mundo globalizado é um anacronismo o Estado intervir na economia.

- Isso não é bem assim nem na Inglaterra, berço do neoliberalismo - afirmou a senadora. - Embora o processo de globalização seja um fato mundial irreversível, frente ao qual nenhum país conseguirá ficar de fora, o centro da questão não é esse, mas como cada país se integrará na globalização.

Em aparte, José Eduardo Dutra (PT-SE) voltou a defender sua proposta de que a venda da Vale seja examinada pelo Senado. Ele destacou uma entrevista do prefeito do Rio, César Maia, publicada ontem pela imprensa, na qual se manifestou contra a privatização da companhia.

Ademir anuncia movimento contra reeleição de FHC

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou ontem ao plenário que o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, patrocinado

pela Coordenação Confederativa dos Trabalhadores e realizado em Brasília do dia 25 a 27, decidiu promover



Ademir Andrade

campanha nacional contra a proposta de reeleição do Presidente.

Segundo plano de ação elaborado por 12 confederações de trabalhadores, liderado pelo senador, os dirigentes pedem também a exoneração imediata do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, e o fim da intervenção do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Ministério Público nas assembleias sindicais.

Na opinião de Ademir Andrade, as decisões são muito importantes, pois as confederações sempre se caracterizaram pela moderação política.

Conforme o documento divulgado por Ademir Andrade, os sindicalistas registram que o ponto culminante do encontro "foi a decisão de partir de imediato para o enfrentamento do governo FHC e barrar o avanço do projeto neoliberal".

Entre outros pontos do plano de ação firmado pelos dirigentes sindicais está a mobilização geral dos sindicatos de trabalhadores na defesa do emprego e das condições de cidadania.

Os participantes do encontro foram recebidos pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem levaram cópia do documento com seis proposições aprovadas por um conjunto de 12 confederações de trabalhadores. Os senadores Ademir Andrade e Emília Fernandes (PTB-RS) acompanharam os líderes sindicais no encontro com Sarney.

Juizes classistas reivindicam alterações em medida provisória que extingue direitos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem comissão de juizes classistas, que pediu o apoio do presidente do Senado para movimento visando a alterar a medida provisória com que o governo extinguiu o direito à aposentadoria desses servidores, bem como



Sarney recebe os dirigentes de juizes classistas de várias regiões

modificar diversas propostas de emendas constitucionais, em tramitação no Congresso, que objetivam a extinção da representação classista na Justiça trabalhista.

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) acompanhou a comitiva, que apresentou seu pedido de apoio a Sarney

através de Alceu Portocarrero, presidente da Associação Nacional dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho. Estavam presentes, também, os juizes Joaquim Pereira e Roberto Couto, de Recife; e o presidente da Ajucla da 6ª Região, juiz Luiz Padilha Filho.

Ainda na manhã de ontem,

Sarney recebeu o prefeito eleito de Macapá, Aníbal Barcelos, com quem trocou idéias a respeito dos planos da futura administração da capital amapaense e se colocou à disposição para colaborar com esse trabalho no âmbito do Congresso Nacional.

Valmir sugere reforma que poupe os servidores públicos

Alvos da modernização do Estado, na avaliação do senador, devem ser a privatização e a quebra dos monopólios estatais

"Reformar o Estado brasileiro vai muito além dos programas de demissão de servidores públicos. É, antes de mais nada, livrá-lo dos déficits crônicos que o inviabilizam e o impedem de crescer." O ponto de vista foi defendido ontem pelo senador Valmir Campelo (PTB-DF), para quem a reforma deve-se concentrar na privatização e na quebra dos monopólios estatais. Essas duas providências, segundo o senador, não estão sendo executadas com a mesma celeridade do plano de demissão de funcionários.

- A reforma administrativa em



Valmir Campelo

curso é polêmica em razão de os procedimentos até agora adotados levarem em conta, prioritariamente, a necessidade de reduzir gastos com o funcionalismo público - disse.

Depois de afirmar que o servidor público foi transformado na "causa principal de todas as mazelas nacionais", Valmir Campelo observou que não se pode esquecer de que, ao longo da História, o funcionalismo sempre sustentou o crescimento do País.

- No meu ponto de vista, o Programa de Demissão Voluntária (PDV) mostra-se inócuo no que diz respeito à real redução de despesas com o fun-

cionalismo, exatamente porque não atinge os núcleos onde se concentram os maiores gastos, os protegidos "ninhos de marajás", espalhados pelo Brasil afora - afirmou.

Para Valmir Campelo, o PDV poderá vir a agravar o problema do desemprego que atinge o País. "Que ninguém se iluda com essa indenização paga aos que pediram desligamento do serviço público. Na maioria dos casos, o servidor receberá uma quantia irrisória e não conseguirá, como pretende o governo, montar um pequeno negócio para sobreviver. Dentro de poucos meses, o dinheiro terá acabado e o ex-servidor estará engrossando os alarmantes índices de desemprego", alertou.

Rocha alerta para riscos de demissão em massa

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) dirigiu apelo ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que não permita a demissão em massa dos servidores públicos federais dos ex-territórios, e que continuem prestando "inestimáveis serviços" aos estados do Amapá, de Rondônia, Acre

e Roraima.

Sebastião Rocha se disse preocupado com a notícia de que, após o Plano de Demissão Voluntária, o governo pretende demitir seis mil servidores não-estáveis que trabalham no Amapá. Segundo o senador, "a demissão é injusta e vai prejudicar o estado".



Sebastião Rocha

Simon homenageia Teotonio Vilela

Os 13 anos da morte do ex-senador Teotonio Vilela foram lembrados ontem, em discurso, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele disse que ainda sente a presença viva do dirigente do ex-MDB "como uma luz caminhando no planalto do Céu, de braços dados com Ulysses, Tancredo, Pasqualini e tantos outros". Acentuando que não existe nada mais difícil que traçar o perfil de Teotonio, o



Pedro Simon

senador atribuiu essa dificuldade ao fato de que "ele parecia transcendental".

- Ele inspirava algo de divino. Pudera, ele incorporava o poder de Deus até no próprio nome. Talvez

seja por isso que o seu reino parecia não ser também deste mundo. Como alguém que encarnou no seu tempo a imagem do sementeiro, ele plantou idéias e exemplos. E não partiu para a eternidade sem antes en-

sinar todos os passos da colheita - assinalou.

Simon disse que Teotonio dedicou sua existência a todos os que pouco ou nada têm além da própria vida. "Ele era onipresente. A dor do excludo era, para ele, sempre maior do que a de seus cânceres. E pregava que a fome, a miséria e a injustiça são também tumores malignos, porém curáveis". Para Simon, Teotonio "continua inquieto com o que está acontecendo nestas terras acidentadas do Brasil".

Congresso aprecia vetos presidenciais

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 11h30, para apreciação de vetos presidenciais, entre os quais o aposto ao projeto de lei que trata do planejamento familiar. A votação se dará em cédula única, e o resultado será apurado pelo Prodasen. Ontem, os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Emília Fernandes (PTB-RS) conclamaram os senadores a comparecerem a essa sessão.

- Minha manifestação é realmente para encarecer a presença de todos. As lideranças já receberam as cédulas para votação e é importante que todos estejamos presentes - disse Arruda.

O senador Carlos Patrocínio afirmou que os senadores tinham a "obrigação de comparecer em sua totalidade para derrubar o veto do presidente da República ao projeto que autoriza o planejamento familiar".

Em nome da bancada feminina, Emília Fernandes conclamou todos a formarem *quorum* para a derrubada desse veto, alegando que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso já reconheceu esse projeto como uma reivindicação da sociedade. Ela afirmou que foi em decorrência de equívoco técnico que o Presidente vetou a matéria.

Romero Jucá pede informação sobre dívida de RR

O senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou ontem que recursos no montante de R\$ 16 milhões, liberados pela Caixa Econômica Federal no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, foram utilizados pelo governo de Roraima em "gastos eleitorais e políticos"

no último pleito municipal.

Ele apresentou requerimento de informações dirigido ao ministro de Minas e



Romero Jucá

Energia, Raimundo Brito, para que a Eletronorte informe se o governo de Roraima está inadimplente e a partir de quando acumula dívidas com a empresa.

Jucá também quer saber se o governo de Roraima foi inscrito pela Eletronorte no Cadastro de Inadimplentes (Cadin) e se alguma parte dos débitos com a empresa foi paga ou não com os recursos liberados pela CEF. Conforme documento da própria Caixa, o financiamento, no caso de Roraima, "é destinado para pagamento de dívidas pendentes até o dia 30 de novembro de 1995", registrou o senador em sua justificativa.

Segundo afirmou, o governo de Roraima tem um débito de cerca de R\$ 30 milhões com a Eletronorte, motivado pelo não-pagamento de consumo de energia elétrica durante vários anos, bem como de obras conveniadas. O senador estranhou que, conforme a CEF, Roraima tenha apresentado situação de adimplência junto ao Cadin, condição para que os estados contraíam empréstimos no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.



Beni Veras (à esquerda) participa da reunião de comissões do Senado e da Câmara em favor da saúde

Falta de recursos para a saúde leva comissão de parlamentares a FHC

Anúncio da mobilização em busca de soluções para o setor é feito por Beni Veras em reunião de comissões do Senado e da Câmara

O senador Beni Veras (PSDB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, anunciou ontem que uma comissão de senadores e deputados deverá ir na próxima semana ao Palácio do Planalto para tentar encontrar, junto com o presidente Fernando Henrique, uma solução para a falta de recursos enfrentada pelo Ministério da Saúde.

Beni Veras prestou essa informação após a reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais do Senado e de Seguridade Social da Câmara. Nela, o secretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde, Sebastião Gri-

lo, considerou necessário R\$ 1,9 bilhão para que o órgão possa honrar seus compromissos e encerrar o exercício de 1996.

Segundo Beni Veras, os recursos continuam insuficientes para atender à saúde pública no País e existe "uma séria crise no pagamento dos hospitais da rede conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS), referente ao mês de outubro". Segundo disse, é preciso que o Congresso Nacional promova uma ação conjunta com o Executivo para permitir ao Ministério da Saúde contornar essas dificuldades.

O senador Carlos Patrocínio

(PFL-TO), ao comentar a reunião, afirmou que o setor está "asfiado" e que o Congresso Nacional precisa fazer algo que sensibilize o governo federal para que a saúde pública no País "saia da UTI o mais rapidamente possível". Ele apoiou os deputados que, na oportunidade, disseram estar sendo o ministro interino da Saúde vítima do "diabólico jogo de empurra" dos ministros Pedro Malan e Clóvis Carvalho.

A reunião contou ainda com a presença das senadoras Sandra Guidi (PPB-SC) e Marluce Pinto (PMDB-RR) e do senador José Alves (PFL-SE).

Destacada a sanção de projeto sobre a Aids

Ao participar ontem de cerimônia do Dia Mundial de Luta contra a Aids, o presidente do Senado, José Sarney, aproveitou para fazer agradecimento público ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela sanção de projeto de sua autoria determinando a distribuição gratuita de medicamentos a portadores da doença.

Sarney apresentou o projeto logo após a divulgação dos resultados da Conferência de Vancouver, quanto aos progressos da medicina no com-

bate à síndrome, visando garantir o acesso aos novos tratamentos a todos os portadores do HIV, independente de condição econômica.

O senador ressaltou a grave responsabilidade do Estado e dos parlamentares na luta contra a Aids, por não se tratar de problema de grupos ou pessoas, mas de toda a humanidade. Disse que o Congresso vem cumprindo seu dever, legislando e participando da formação de uma consciência nacional sobre a questão.

O projeto de Sarney, aprovado pelo Congresso e sanciona-

do pelo presidente da República, encontra-se atualmente em fase de regulamentação pelas autoridades sanitárias.

O Dia Mundial de Luta contra a Aids será comemorado em 1º de dezembro. A cerimônia de ontem foi realizada no Auditório Petrólio Portella do Senado Federal, com a participação do presidente da República em exercício, Marco Maciel, do ministro da Saúde, José Carlos Seixas, e de secretários estaduais e municipais de Saúde.

Loyola teme racionamento de energia no Centro-Sul

Só a volta dos investimentos evita problemas, na opinião do senador. Ele recomenda o uso do bagaço de cana em termoeletricas e até a troca de chuveiros por aquecedores solares

Diante da possibilidade de racionamento de energia nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste ainda neste ano, o senador Henrique Loyola (PMDB-SC) pediu ontem ao governo federal que retome com urgência os investimentos na geração, transmissão e distribuição de eletricidade. O senador defendeu também a reformulação da política de energia elétrica no Brasil, com a definição das regras para a participação do capital privado.

Para ele, uma das medidas a serem adotadas é a diversificação das fontes de energia no País. "Não podemos continuar a depender quase exclusivamente da produção das hidrelétricas, passível de considerável diminuição nos períodos prolongados de seca, além de exigir investi-



Henrique Loyola

mentos iniciais muito altos", observou.

Henrique Loyola lembrou que a geração de energia elétrica pelas usinas de açúcar e álcool, a partir da queima do bagaço de cana, já é uma realidade no estado de São Paulo. Disse ainda que a produção termoeletrica, que re-

quer menos investimentos, se beneficiará do gás natural da Bolívia, o qual deve chegar ao País em 1998.

O senador entende que a racionalização do consumo por meio da conscientização da população é outra condição fundamental para o equilíbrio do sistema de energia elétrica no Brasil.

O desperdício de energia elétrica no País fica em torno de 15,5% da produção, segundo levantamentos do Programa de Conservação de Energia Elétrica da Eletrobrás. O estabelecimento de padrões de desempenho para os eletrodomésticos em geral e a utilização da energia solar em substituição ao chuveiro elétrico impõem-se especialmente em um país tropical como o nosso - justificou.

Comissões querem ouvir ministros

Por acordo entre as lideranças do governo e o senador Ademir Andrade (PSB-PA), as Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura do Senado deverão se reunir, em data a ser definida, com a presença dos ministros Antônio Kandir, do Planejamento, Raimundo Brito, de Minas e Energia, e dos presidentes do BNDES, da Eletrobrás e da Eletronorte.

O objetivo é obter esclarecimentos sobre uma decisão do BNDES que, no entendimento de Ademir Andrade, determinou a venda de ativos da Eletronorte. Ele pretende ainda discutir a estratégia governamental de privatizações do setor elétrico.

O senador havia apresentado requerimento de convocação do ministro do Planejamento para prestar esclarecimentos ao plenário sobre a resolução do BNDES.

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), e os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Francelino Pereira (PFL-MG) consideraram a convocação inoportuna. Para eles, não há qualquer processo de privatização da Eletronorte, existindo apenas um estudo sobre condições de mercado para investimentos de capital privado em energia elétrica na região Norte. O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) também manifestou disposição para discutir o assunto, pois a venda da Eletronorte atinge seu estado.

Fogaça: Aneel muda conceito de controle

O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto oriundo da Câmara que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), fez ontem apelo para que o plenário aprove com rapidez a criação do novo órgão, como forma de garantir mais investimentos para o setor.

Segundo o senador, a aprovação da Aneel será uma inovação institucional no País e representa uma transformação profunda nos conceitos de interesse e de controle públicos.

O senador fez uma exposição sobre o papel do futuro órgão regulador das atividades desenvolvidas pelas empresas de energia elétrica a serem privatizadas, destacando, principalmente, sua independência em



José Fogaça

relação ao Poder Executivo. Fogaça afirmou que essa independência vai garantir que os empresários se tornem parceiros do governo, acabando, dessa maneira, com qualquer possibilidade de relacionamento clientelista entre eles.

José Fogaça destacou, ainda, que os nomes dos diretores da Agência terão de ser aprovados pelo Senado, todos com mandato de quatro anos. Por um ano, os ex-diretores não poderão exer-

cer qualquer atividade em empresas do setor de energia elétrica e, para compensá-los, contarão com salário específico.

Em aparte, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse que seu partido defende a instituição de um órgão regulador com independência, que não esteja submisso ao Executivo, o que, segundo o senador, não parece configurado no caso da Aneel.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) aplaudiu o papel de Fogaça como relator da proposta. O senador Lauro Campos (PT-DF) pediu explicações quanto ao modelo das futuras concessões para o setor elétrico. Jáder Barbalho (PMDB-PA) disse que considera um avanço a criação da Aneel.



Marina Silva

Marina alerta para acidentes de trabalho

Ao comentar o alto índice de acidentes de trabalho registrado no País, a senadora Marina Silva (PT-AC) pediu ontem que o Legislativo assumira a responsabilidade de fazer com que suas decisões sejam cumpridas, de modo a que os causadores de tantos acidentes de trabalho sejam punidos.

A senadora relatou que morreram no Brasil, no ano passado, 3.967 pessoas em decorrência de acidentes de trabalho e lamentou que esses números não comovam a sociedade tão intensamente como quando acontece um grave desastre de avião. "Parece que quando as pessoas são pobres suas mortes não são sentidas, suas mortes não são notadas", disse.

Marina Silva leu artigo assinado por Josias de Sousa no jornal *Folha de S. Paulo*, intitulado "Fábrica de Cadáveres", sobre os "alarmantes números que totalizam os acidentes de trabalho no Brasil". Ela considerou que tão graves quanto as mortes resultantes desses acidentes são as mutilações que incapacitam os trabalhadores, condenando-os a sobreviver com mínguas pensões previdenciárias. "Muitas vezes, ficar mutilado para esses trabalhadores é pior que a morte", afirmou.

Pesquisa mostra que ensino pago nem sempre é o melhor

Ao analisar levantamento do Ministério da Educação, Lúcio Alcântara afirma que é preciso acreditar e investir na escola pública

Ao fazer ontem em plenário uma análise do resultado da pesquisa do Ministério da Educação para avaliar o ensino de segundo grau no País, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que uma das principais evidências daquele trabalho é a de que o ensino ministrado pela iniciativa privada nem sempre é melhor que o oferecido pelo Estado.

- Existem boas escolas particulares, mas não é totalmente verdade que elas sejam melhores que o ensino público. Felizmente, isso significa que não podemos descrever da escola pública - assinalou.

Dizendo-se um aluno privilegiado do ensino público ministrado há algumas décadas no País, Lúcio Alcântara elogiou a qualidade dessa escola até pela capacidade de unir



Lúcio Alcântara

diferentes segmentos econômicos, sociais e religiosos. "Quando eu estudava no Liceu cearense, ali se encontravam estudantes de diversas categorias econômicas, e comigo estudavam jovens que vinham para a escola diretamente do trabalho, o que era uma experiência valiosa para todos",

acrescentou.

Ele citou dados levantados pela pesquisa do MEC, os quais revelam que a maioria dos alunos que concluem o segundo grau não sabe escrever um bilhete, incapacitados que são para expor por escrito simples idéias. Lembrou também que, no ranking do desempenho escolar em todo o Brasil, o Distrito Federal está em primeiro lugar e, em último, o Maranhão.

Alcântara elogiou o empenho do ministro Paulo Renato na melhoria do ensino, afirmando que ele já levou ao presidente Fernando Henrique várias propostas legislativas, inclusive o novo sistema de financiamento da educação. "A educação é a única forma de aparelhar as pessoas para viver com dignidade", frisou.

Mauro acha que há vontade política, mas pede mobilização

"A vontade política que começa a ser desenhada nas ações do Ministério da Educação é um grande alento", disse ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao defender a necessidade de um grande esforço de mobilização entre o governo, a sociedade e a iniciativa privada para a concretização de idéias destinadas a desenvolver a educação no País.

Mauro Miranda disse que o ministro Paulo Renato Souza "quebrou a apatia do conjunto de ministros que lidam com a área social" e movimentou o debate sobre a qualidade do ensino brasileiro. O senador acha que a idéia do "provão" aplicado aos estudantes univer-

sitários significou valiosa iniciativa no imobilismo que "vem marcando áreas importantes da estrutura federal".

- Neste momento, o que importa é reconhecer que o governo está lançando as âncoras institucionais para a rediscussão do nosso modelo educacional, com todas as polêmicas que são da índole da convivência democrática.

Na opinião de Mauro, pensar a educação é entender que o Brasil faz parte de uma sociedade internacional que está aumentando a velocidade da globalização e também entender que o País terá de revolucionar seus conceitos de formação de recursos humanos. Ele propôs o rompimento do imobilismo para a formação de mão-de-obra quali-

ficada para a modernização no setor de indústrias e serviços. Para isso, disse ele, bastará colocar a educação como "a principal de nossas metas na direção do futuro e elegê-la como a prioridade mais importante de nossas preocupações atuais".



Mauro Miranda

Ministério Público terá de intervir em conflitos pela posse de terras

Projeto aprovado pela CCJ e a ser enviado ao plenário do Senado pode ajudar a conter a violência nas disputas fundiárias



Odacir Soares

Odacir aplaude atuação de órgão do setor pesqueiro

O senador Odacir Soares (PFL-RO) disse que o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro (Gespe), instituído no ano passado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, vem cumprindo sua tarefa de equacionar as questões ligadas ao setor. Segundo o senador, o Gespe já começa a materializar as soluções para a pesca no Brasil.

Entre outras iniciativas do órgão, Odacir Soares destacou a redução, em US\$ 100 dólares por tonelada, do preço do óleo diesel usado para a pesca e o revigoramento do projeto que cria o Código da Pesca e do que estabelece o arrendamento de embarcações estrangeiras para operarem na "zona exclusivamente brasileira", de 200 milhas marítimas.

- Os problemas com os recursos pesqueiros são muito mais resultado de políticas estreitas, de falta de cuidado. Poucos governos se dedicaram a aprovar e pôr em prática normas que encorajem os pescadores a trabalhar em forma associativista para dar sustentabilidade aos estoques pesqueiros - afirmou Odacir Soares.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou na manhã de ontem o projeto de lei de iniciativa da Câmara dos Deputados que torna obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural. O projeto, que altera o inciso II do art. 82 do Código de Processo Civil, já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados e agora deverá ser enviado ao plenário do Senado.

Segundo o relator da proposição, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a medida representa significativa contribuição para dirimir "a velha e angustiante questão agrária" e aponta também para o imperativo de se adotar uma justiça especializada no País, "instalando-se, de imediato, varas com competência exclusiva, de acordo com o mandamento inscrito no art. 126 da Constituição federal".

- Ainda estão vivos em nossa memória os deploráveis episódios ocorridos em Colúmbia, no estado de Rondônia, e Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, os quais, pela sua dureza e crueldade, merecem a repulsa de todos nós. O projeto oferece uma resposta, em meio a tantas outras que são esperadas, no sentido de que a crise ora opon-



Iris Rezende preside a reunião da Comissão de Justiça

tada se atenuar, oferecendo-se maiores garantias para o exercício, no campo, do impostergável direito de cidadania - frisou Ramez Tebet.

No encaminhamento da votação, o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), assegurou que o governo não vem medindo esforços para via-

bilizar o "palpitante tema da questão fundiária" e que a aprovação do projeto vai contribuir para o equacionamento da reforma agrária. Por isso, Elcio Alvares anunciou que pedirá urgência para a proposição, de modo que o presidente da República possa sancionar a nova lei ainda este ano.

Carteiros terão adicional de periculosidade

A Comissão de Justiça aprovou também projeto que concede adicional de periculosidade aos carteiros, mediante alteração do art. 193 da Consolidação da Leis do Trabalho. Segundo o relator, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o pagamento do benefício de adicional de periculosidade aos carteiros se justifica em razão das condições de risco à integridade física a que es-

tão expostos. A matéria, já aprovada pela Câmara, vai ao plenário.

Foi igualmente aprovada, após sabatina, a indicação do nome de Felix Fischer, procurador de Justiça do estado do Paraná, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a membros do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do ministro Francisco de Assis Toledo.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, TEOTONIO VILELA FILHO, LEVY DIAS, VALMIR CAMPELO E ROMEU TUMA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O Jornal do Senado é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal